

| 1130 | A CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS PAISAGENS NO BRASIL: UM DEBATE CONCEITUAL E METODOLÓGICO

Vera Regina Tângari

Resumo

Procurando estudar a relação entre o planejamento (ou a falta dele), as iniciativas de desenho e de projeto urbanos, as formas de ocupação urbana praticadas e a construção e transformação da paisagem, esse artigo propõe uma discussão conceitual, a partir de experiências acadêmicas e profissionais no Brasil, sobre os aspectos que permeiam os objetos de estudo de que tratam pesquisas sobre a paisagem e seus diversos sistemas de espaços não edificados: a recorrência de padrões de ocupação espacial e a incidência de tipos de paisagem conseqüentes: convergências e diversidades dos padrões e dos tipos e as causas de sua constituição. Está dividido em tres partes: na primeira parte, estabelece-se o problema que se pretende abordar, e o aporte teórico que o baseia; na segunda parte, apresentam-se o ase situações observadas de forma empírica, acadêmica ou profissionalmente, e a formulação de um quadro crítico formulado a partir dos padrões de ocupação e as paisagens decorrentes, e na terceira, aplica-se a formulação a um estudo de caso específico na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Como considerações finais, formulam-se algumas contribuições e indagações para o aprofundamento dos conceitos e das questões levantadas.

Palavras-chave: paisagem social; forma urbana; padrões de ocupação; segregação espacial; espaços livres.

1. Definição do problema e pressupostos conceituais

Primeiramente, é importante definir o problema sobre o qual se formulam as questões aqui colocadas: a necessidade de se compreender a relação existente, na cidade brasileira, entre os padrões físico espaciais de ocupação urbana, as modalidades de expansão do tecido, a diversidade de configuração dos elementos do suporte geobiofísico e os impactos desses condicionantes sobre a paisagem e sobre a distribuição e apropriação dos espaços livres de edificação e urbanização, ou espaços não-edificados e não-urbanizados. Como se dá a construção dessas relações sobre o território e como a paisagem explicita essa construção?

As questões teóricas resultam da pesquisa de tese de doutorado, defendida em 2000, da observação e da análise de situações urbanas diversas, realizadas em experiências profissionais dos últimos dez anos em locais distintos do país, e da participação da pesquisa de âmbito nacional, empreendida pelo Laboratório QUAPA-SEL da FAU-USP.

No doutorado, buscava-se estudar os processos de “modelização” da paisagem urbana do Rio de Janeiro, a partir da transferência, repetição e adaptação de padrões de planos, projetos e tipos de intervenção aplicados no território da cidade, a partir de matrizes

culturais européias e norte-americanas (TÂNGARI, 1999). Com base no recorte selecionado, referente à constituição morfológica, ambiental e cultural da paisagem dos subúrbios ferroviários, situados na zona norte da cidade entre os bairros Meier e Piedade, procurava-se conhecer os processos sócio-históricos de construção da paisagem suburbana, propondo, nesse processo, um estudo comparativo entre os padrões aplicados nas áreas de maior centralidade, como o centro, zona sul e zona sudoeste, e o seu rebatimentos sobre as áreas de menor renda onde se observaram padrões semelhantes às áreas centrais, com reduções e adaptações ajustadas às condições sócio-econômicas locais.

Reconhecia-se como elemento de diferenciação entre essas diversas “partes” da cidade, a caracterização de seu suporte geobiofísico e o entendimento da evolução histórica de segregação espacial de sua população, construído a partir da análise de Mauricio Abreu (1987), aqui resumido: elites, outrora localizadas junto ao centro e suas periferias, em suas partes baixas e altas, no século XX, deslocaram-se sul e sudoeste, junto à orla oceânica ocupando as planícies litorâneas – orlas e baixadas; demais segmentos da população fixaram-se às margens do centro, nos morros portuários, e na Baixada de Inhaúma, a norte do centro, junto a linhas de drenagem, onde se situaram os ramais ferroviários, rodoviários, e posteriormente, metroviários (Figura 1). Desde meados do século XIX, configuram territórios bastante diferenciados, normalmente delimitados por ocupações em favelas, loteamentos não oficiais, cortiços, tipos de ocupação espacial promovidas pelas parcelas de população que, ao acompanharem os movimentos locais dos focos de emprego (indústria, comércio, construção civil) estabelecidos pelos poder público conjuntamente com as classes de maior renda, não encontram acesso a moradias ou a terrenos a eles socialmente e financeiramente acessíveis.

Para esse entendimento, partiu-se da análise sobre a estrutura do espaço intra-urbano no Brasil, descrita por Flavio Villaça (1998). A análise proposta por esse autor, a leitura dos conceitos sobre construção social do espaço e sua relação com a paisagem, proferidos por Milton Santos (1988, 1997), e as premissas sobre a produção capitalista do espaço defendidas por David Harvey (2005) nortearam os desdobramentos da tese e demais estudos que se seguiram, auxiliando na compreensão de processos presentes não apenas na cidade do Rio de Janeiro mas em demais cidades do país. Entretanto, o aprofundamento na escala dos bairros analisados na zona norte da cidade, no período analisado (1994-1999), permitiram o detalhamento sobre a construção da paisagem particular a esse recorte, mas que exprime conflitos e contradições que se mostraram presentes em outros bairros periféricos de outras cidades do país.

modelos, a vulnerabilidade da ocupação, a fragilidade dos suportes, o potencial de transformação, os impactos decorrentes?

2. Outras paisagens analisadas e os sistemas de espaços nelas contidos

Tendo como base de observação o processo de construção e transformação da paisagem, como origem de indagação as questões descritas acima, como método a abordagem multi-escalar e multi-temporal defendida na pesquisa de tese, optou-se por manter o foco de análise nos diversos sistemas de espaços livres de edificação, públicos e privados, estudados através do conhecimento de sua construção social e do maior potencial que apresentam em termos de transformação coletiva (TÂNGARI, SCHLEE e ANDRADE, 2009). Os espaços livres de edificação ou de urbanização (não edificadas ou não urbanizadas) constituem um sistema complexo, inter-relacionado com outros sistemas urbanos que podem se justapor ao sistema de espaços livres ou a eles se sobrepor, total ou parcialmente, enquanto sistemas de ações. Por ser objeto de pressões de mercado e sujeitos a regras para sua ocupação (espaços privados dos lotes, quadras, glebas) ou não ocupação (unidades de conservação, áreas de preservação permanente, espaços de circulação, recreação e lazer), constituem um elemento importante de análise para a compreensão da forma urbana, das esferas pública e privada, das práticas sociais e das suas múltiplas apropriações (MACEDO, S. *et al.*, 2009).

Ao aplicar os conceitos anteriores aos diversos recortes de paisagens analisados, partiu-se sempre da relação sistêmica entre a construção da paisagem, constituída pelos espaços edificadas e não edificadas, e o suporte geobiofísico, levando-se em consideração: as pressões exercidas pelo capital sobre os espaços não edificadas, públicos e privados, passíveis de urbanização, e aquelas exercidas pelas populações excluídas do acesso à terra, à moradia, ao transporte e ao emprego, sobre os espaços não edificadas, públicos e privados, restritos à urbanização e, portanto, fora do universo do capital. Foi-se então construindo a observação das especificidades e das diferenças de cada localidade estudada, buscando-se também aspectos de convergência na base da relação entre padrões de ocupação observados e as paisagens resultantes.

Profissionalmente, para apresentação nesse artigo, recorreu-se a trabalhos onde foram analisados: a) na cidade do Rio de Janeiro: a região portuária; os bairros Meier, Benfica, Maria das Graças, Pilares, Irajá, na zona norte; os bairros Santa Cruz, Bangu e Campo Grande, na zona oeste; as favelas de Pavão-Pavãozinho, Cantagalo e Rocinha, nas

zonas sul e sudoeste; as Regiões Administrativas de São Cristóvão e Jacarepaguá, nas zonas norte e oeste; b) no Espírito Santo: os municípios localizados na Região Serrana; c) em Rondônia: cidades ribeirinhas ao longo do Rio Madeira. Essas experiências foram realizadas para as empresas M&T- Mayerhofer & Toledo-Arquitetura, Planejamento e Consultoria Ltda e MPS Associados Ltda., sob forma de consultoria, entre os anos de 1994 e 2007.

Academicamente, em pesquisas multidisciplinares no âmbito do Grupo de Pesquisa Sistema de Espaços Livres no Rio de Janeiro/SEL-RJ, do PROARQ-FAU/UFRJ, foram estudados: a) no Estado do Rio de Janeiro: os municípios cortados pelo Arco Metropolitano (Itaguaí, Seropédica, Japeri, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim, Itaboraí); Rio das Ostras e Nova Friburgo. Essas pesquisas foram pelo CNPq (Ed. Ciências Sociais Aplicadas, Ed. Universal e Bolsa de Produtividade) e pela FAPERJ (Projeto Pensa Rio e Bolsa Jovem Cientista de Nosso Estado).

Soma-se a essas experiências a participação no Projeto Temático da FAPESP: “Sistema de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea: estudos de caso em metrópoles-cidades e novas territorialidades urbanas brasileiras” que, desde 2006, sob a coordenação do Prof. Silvio Macedo da FAUUSP, desenvolve uma análise sistemática e comparativa de diversas cidades brasileiras, com resultados parcialmente publicados (MACEDO *et al.*, 2007; CAMPOS *et al.*, 2012). A equipe de aporte nacional se propôs a estudar, em oficinas participativas realizadas em cada cidade analisada, a estruturação da paisagem e dos sistemas de espaços livres, e a relação com a ocupação urbana e o suporte físico, resultando no mapeamento sistematizado, que conjuga: a localização das áreas centrais; as características do tecido urbano - consolidado e não consolidado; as principais linhas de drenagem e de circulação; a incidência de espaços livres públicos e de arborização; as manchas de florestas e outros formações de vegetação específicas; demais elementos significativos do suporte geobiofísico; os eixos previstos de expansão.

A observação dessa análise sistemática e comparada, ilustrada na Figura 2, reforçou a necessidade de estabelecer os parâmetros que permitam aprofundar a construção do conhecimento teórico sobre a construção social da paisagem brasileira, os conflitos que expõem e as contradições que explicitam (SILVA, 2010; 2011).

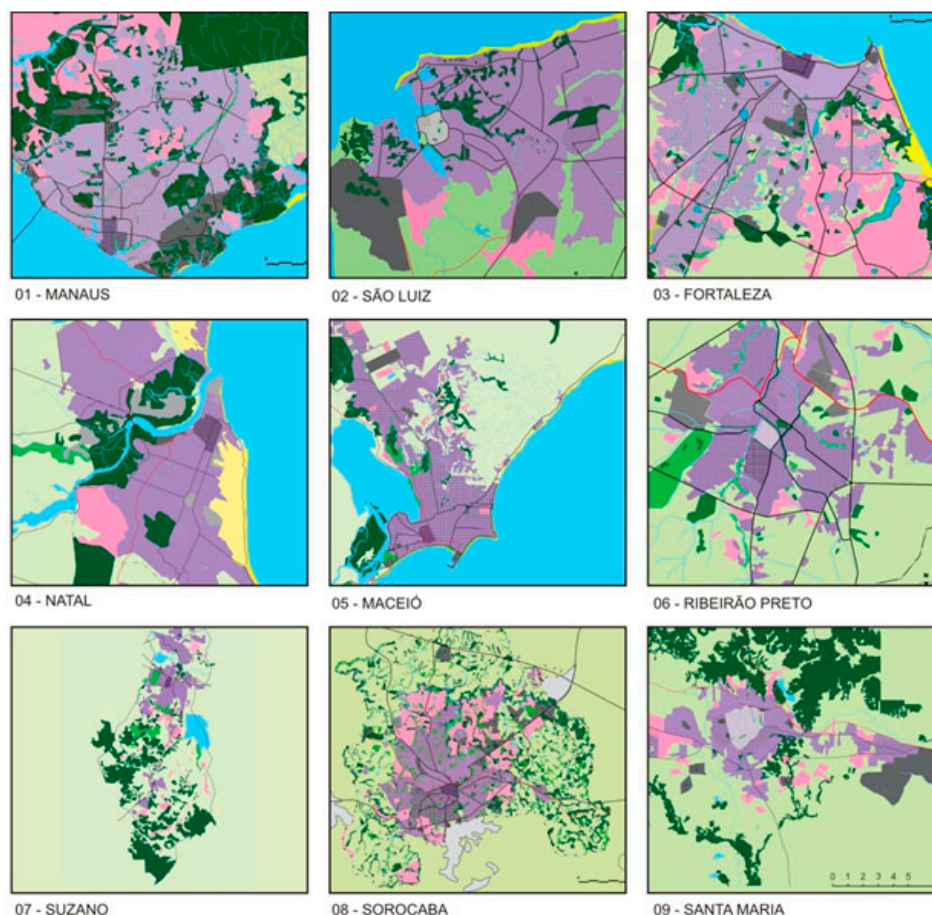


Figura 2 – Mapas-síntese de algumas cidades analisadas pelo Laboratório QUAPA-SEL da FAUUSP, onde estão mapeados: o tecido urbano - consolidado e não consolidado; as áreas centrais; as principais linhas de drenagem e de circulação; a incidência de espaços livres públicos; as manchas de florestas e outras formações de vegetação específicas; demais elementos significativos do suporte geobiofísico.

Acervo Laboratório QUAPA-SEL, 2010.

Com base nos debates ocorridos dentro do Grupo SEL-RJ (SCHLLE *et al.*, 2009), nas questões formuladas inicialmente nesse artigo, nos parâmetros observados e nas diversas situações estudadas, formulam-se a seguir considerações a respeito das convergências entre os processos de construção das paisagens analisadas.

2.1. Recorrência de padrões de ocupação espacial e da construção de tipos de paisagem

Com base em recente publicação a cerca da pesquisa sobre forma urbana e espaços livres, Silvio Macedo nos coloca a frente de um questionamento sobre a gestão pública das cidades, e os padrões de qualidade das paisagens e dos sistemas de espaços livres resultantes (MACEDO, 2012, p. 295-296):

Apesar dessa agenda estrutural, não está na instância pública a responsabilidade pela constituição efetiva das paisagens e, no espaço urbano, este é um fato básico. Por mais que existam regulamentações e planos não se tem certeza realmente onde e quando as

transformações da paisagem vão se dar e nem qual será o seu porte. O que se observa são tendências de mercado, que investe em novas construções, prédios de apartamentos, vilas de casas, centros de compras, etc. em locais determinados ou criando novas frentes de ação e miríades de pequenas ações individuais, de reformas, construção de pequenos edifícios e puxadinhos, plantio de árvores e jardins, reforma de fachadas comerciais e habitacionais, etc. que correm paralelas ao abandono e degradação de muitas estruturas construídas, obsoletas ou simplesmente abandonadas pelos seus proprietários por motivos diversos.

Coloca-se a pergunta para discussão: qual a recorrência entre os padrões de ocupação espacial e a formulação de tipos de paisagem, que independem do porte da cidade, do tamanho da população, da forma de gestão, da existência dos instrumentos de planejamento vigentes? Buscam-se a seguir reconhecer algumas dessas recorrências, com base nos autores estudados e já descritos, que se refletem diretamente sobre a produção da paisagem das cidades analisadas, nas diversas escalas aplicadas.

-a reprodução do modelo centro-periferia: observou-se que a relação centro-periferia, de forma radial, linear ou polinucleada, está na base da segregação espacial das cidades e regiões analisadas, com proporções territoriais das áreas periféricas, especialmente de baixa renda, superiores às áreas centrais, cujos tecidos são normalmente densos e consolidados;

-a concentração da renda e o deslocamento da localização residencial: o acesso a empregos com melhores remunerações é restrita a camadas da população que empregam e sub-empregam, em seus locais de moradia e de trabalho, camadas de população de renda baixa: ou seja, perto, junto ou próximo a zonas de ofertas de emprego e a bairros de renda média e alta, haverá sempre diversas formas de ocupação de baixa renda, formal ou informal, vertical ou horizontal, normalmente em áreas de preservação permanente, sem valor de mercado;

-a concentração da terra: o acesso à propriedade da terra e à moradia digna é restrito a poucos e as opções de financiamento desse acesso são muito reduzidas, gerando o padrão recorrente de periferias ocupadas, de forma horizontal ou vertical, por população mais pobre em proporções sempre maiores que os bairros de população mais rica, ocasionando padrões de tecido urbano em distintos processos de densificação e consolidação;

-a oferta de transporte público: por ser ineficiente e de má qualidade e, devido à necessidade de deslocamentos moradia-emprego de acordo com os aspectos citados acima, o padrão de mobilidade pretendido, de forma coletiva, acaba sendo o transporte individual

(carro, moto, bicicleta, barco), aumentando as pressões por distensão dos tecidos urbanos e os tempos de deslocamento da força de trabalho;

-a má qualidade da infraestrutura urbana e das redes de atendimento por serviços públicos: quando existem, os dispositivos de infraestrutura urbana, as redes e os equipamentos se concentram em setores ocupados por extratos de renda mais elevados, reproduzindo baixos padrões de saneamento, saúde pública, educação, assistência social nas áreas e regiões periféricas;

-a ocupação de áreas restritas à urbanização: segundo normas federais (BRASIL, 2000), foram instituídas diversas categorias de unidades de conservação, e que, por esse motivo, são consideradas improdutivas para efeito de mercado imobiliário, sendo as opções de localização de faixas de população sem acesso à terra ou à moradia, pela conjugação de motivos expostos, gerando situações de vulnerabilidade social quando localizadas em ambientes sensíveis (encostas, baixadas alagáveis, margens de rios e canais, mangues e restingas).

2.2. Diversidade dos padrões e variabilidade dos tipos de construção das paisagens

As principais diversidades encontradas na construção das paisagens dizem respeito, principalmente, aos aspectos de constituição do suporte geobiofísico, tendo em vista a diversidade de biomas e ecossistemas aonde se situam as cidades analisadas; ao processo histórico de sua ocupação, principalmente no que diz respeito à origem de formação de seu território e o seu papel político; à identidade cultural de sua população, tendo em vista a sua origem, formação étnica, modos de produção, valores territoriais e simbólicos.

Para efeito de observação numa escala nacional, comparando algumas cidades analisadas, temos como resultados demonstrativos em nível preliminar, reunidos no Quadro 1, algumas reflexões sobre como a paisagem exprime essa diferenciação.

Quadro 1. Análise de diversidades encontradas na construção das paisagens:

	Bioma e características do suporte geobiofísico	Histórico de ocupação -séc. XIX-XX	Condição econômica e política atual	Identidade cultural: etnia, produção, valores e símbolos	Espaços livres associados à imagem da paisagem construída
Rio de Janeiro/RJ	-Mata Atlântica: -Maciços costeiros, planícies e baixadas, orlas de baía e oceano	Porto e capital de reinado, império e república	-Capital internacional: metrópole global -Grandes projetos e eventos revistos.	-Portugueses, negros, nordestinos e outros: -Forte associação: lugar x território	Águas e montanhas

Paisagem construída	-Orlas e interiores -Praias e florestas	Capital política	Cidade global: excludente e segregada	-Cosmopolitana	Copacabana Barra da Tijuca Porto do Rio
Nova Friburgo/RJ	-Mata Atlântica: -Serra de altitude-800m	Colonização europeia	Agricultura do café, agricultura de subsistência, indústria.	Suiços, alemães, italianos, negros	Montanhas
Paisagem construída	-Serras florestadas e granitos expostos -Cidade de fundos de vale de rios encaixados	Cidade europeia, com ocupação esparsa	Confecções, agricultura, indústrias: centro regional expandido.	Híbrida, com importante patrimônio ambiental e cultural.	Florestas e rios Clubes
Rio das Ostras/RJ	-Mata Atlântica: -Planícies e baixadas costeiras -Orlas de oceano	2ª residência e atividades de pesca	Royalties das atividades de exploração de petróleo	-Portugueses e índios. -1ª residência de funcionários dos serviços petrolíferos	Praias
Paisagem construída	-Cidade costeira -Praias e campos	Cidade nova e atualmente rica	Boom imobiliário residencial	Em processo de transformação	Praias
Espírito Santo- Região Serrana	-Mata Atlântica: -Serra de altitude: 800m a 1000 m	Colonização europeia	Agricultura do café, agricultura de subsistência, Turismo.	Pomerodes, italianos, portugueses.	Serras e campos
Paisagem construída	-Serras pouco florestadas e granitos expostos -Cidades de fundo de vale de rios encaixados	Colônias agrícolas	Agricultura e turismo de 2ª residência	Populações do campo	Rios, Clubes
Rondônia-cidades do Rio Madeira	-Floresta Amazônica: -Comunidades agrícolas à margem de rio, com grandes dimensões e variação de nível.	Colonização de fronteira agrícola: pesca, mineração e extração de madeira	Investimentos no setor hidrelétrico	Ribeirinhos, pescadores, caçadores e mineradores.	Rio e várzeas
Paisagem construída	-Floresta, rio -Núcleos dispersos, com populações tradicionais	Cidades novas de colonização recente.	Mudanças territoriais em curso	Mudanças culturais em curso	Rio e várzeas

2.3. A formulação de um quadro crítico para o entendimento dos processos de construção e transformação da paisagem

O que essas reflexões ajudam a nos fazer entender sobre a segregação espacial, a adaptação a modelos, a vulnerabilidade da ocupação, a fragilidade dos suportes, o potencial de transformação, os impactos decorrentes?

Fruto das experiências relatadas e objeto de publicação recente (TÂNGARI; REGO; MONTEZUMA, 2012), chegamos ao entendimento de que o processo de construção da paisagem resulta da existência de modelos de ocupação urbana originados de variáveis

econômicas e culturais, decorrentes da forma como a sociedade ocupa, se apropria e gera o território (SANTOS, 1997a). O resultado desses modelos reflete, portanto, a conjugação de processos éticos, e estéticos, muitas vezes uniformizadores em seu conteúdo ideológico e discursivo, que irão conformar a paisagem como um produto socioeconômico e cultural refletido sobre um suporte físico com características muito diversas. Nesse contexto os sistemas de espaços livres de edificação, pertencentes à esfera pública e à esfera privada, refletem de forma sistêmica, processual e permanente, as conseqüências da aplicação de modelos de ocupação urbana sem a necessária avaliação das características sociais e geobiofísicas dos territórios, implicando em situações de comprometimento ambiental e vulnerabilidade irreversíveis.

Esses sistemas são definidos por condições naturais, relacionadas ao suporte físico, e por ações antrópicas, que superpõem à lógica dos processos naturais a lógica da ocupação humana. Essa lógica é por sua vez ditada, em parte, por regras oficiais, definidas em instrumentos de regulação de uso e ocupação, na forma de planos e leis urbanísticas, em investimentos públicos sob a forma de projetos e obras e na ação de agentes privados incumbidos na produção do espaço voltado para o mercado. A lógica de ocupação inclui também, e em grandes proporções no Brasil e em demais países em desenvolvimento, situações informais, onde as formas de regulação existentes são estabelecidas por grupos sociais de diversas faixas de renda, que as estabelecem segundo suas especificidades materiais e culturais, resultando num sistema complexo de relações sócio-espaciais e ambientais (SANTOS, 1997a). Nesse contexto, a implantação de grandes investimentos públicos em transportes, energia, habitação, infraestrutura e desenvolvimento industrial, molas propulsoras do desenvolvimento econômico em países em desenvolvimento como o Brasil, de modo geral afeta a qualidade da paisagem e do ambiente, físico-territorial e sócio-cultural, nas regiões onde ocorrem. Os sistemas urbanos e peri-urbanos de espaços livres de edificação, públicos e privados, refletem esses impactos e os absorvem com maior intensidade, pois provocam transformações rápidas na forma e na intensidade de ocupação, tanto em áreas formais como informais das cidades.

A partir dessas colocações, e das observações realizadas anteriormente nesse artigo, toma-se como ponto de partida a realidade urbana e as contradições de um processo de ocupação que exprime a elevada concentração de renda e recursos em determinados setores e áreas e a omissão da gestão pública em outros. Essas contradições resultam no desequilíbrio da oferta, da acessibilidade e da apropriação dos espaços livres pela população,

afetando diretamente a qualidade do ambiente físico e as condições de sociabilidade que podem ocorrer nos espaços livres, principalmente aqueles pertencentes à esfera pública (MACEDO *et al.*, 2007).

Em meio urbano, na esfera estadual e municipal, a poluição dos cursos d'água, a ocupação de mananciais, o comprometimento das encostas ocupadas, as modificações dos níveis de lençol freático, o desmatamento e diminuição da massa vegetal e da biodiversidade, a impermeabilização crescente dos solos urbanos, a má distribuição dos espaços livres no tecido, o desequilíbrio das condições climáticas, dentre outros fatores, são indicativos da inexistência da sistemática de integração das políticas públicas que lidam com a concepção, o desenho e a gestão pública e privada das nossas cidades e os critérios sócio-ambientais que os deveriam preceder (TÂNGARI; SCHLEE; ANDRADE, 2005 e TÂNGARI *et al.*, 2007). Em meio territorial, na esfera federal, a não observação da relação entre o suporte geobiofísico e a ocupação produtiva tem levado a conseqüências negativas no tocante ao equilíbrio entre as demandas da ocupação humana, a instalação e operacionalização da infraestrutura, a apropriação de recursos e a manutenção dos ecossistemas existentes (AB'SABER, 2003).

Quando confrontados com a intensidade e a formulação de investimentos concentrados em certas porções do território, contidos em projetos de infraestrutura, transportes, habitação, saneamento, energia ou industrialização, são os sistemas de espaços livres - especialmente aqueles localizados em suportes frágeis do ponto de vista ambiental (encostas, florestas, áreas úmidas/banhados, mananciais) ou social (periferias urbanas, áreas de ocupação informal, áreas rurais estagnadas) - os que primeiramente sofrem os impactos das transformações do território.

3. A implantação do Arco Rodoviário Metropolitano: paisagem e cenário de transformação

A partir do quadro crítico exposto acima, iniciamos em 2010 uma pesquisa sobre os impactos da implantação do Arco Rodoviário Metropolitano, sobre a paisagem dos municípios que atravessa, partindo das seguintes premissas:

-a falta de integração entre o planejamento da paisagem e as demandas de planejamento urbano, no sentido do direcionamento da expansão, do adensamento urbano e da previsão e mitigação dos impactos causados sobre os suportes geobiofísico e sócio-ambiental;

-os processos e os modelos de ocupação urbana explicam e justificam ações da esfera pública no território, refletindo-se diretamente no objeto de estudo selecionado: o sistema de espaços livres urbanos e periurbanos, públicos e privados;

-os espaços livres públicos adquirem nova importância ambiental, além das abordagens tradicionais que os relacionam com espaços de circulação, lazer e contemplação;

-o projeto e manejo de espaços livres públicos deve considerar os recursos naturais do território de forma a garantir o direito à qualidade de vida de seus cidadãos, devendo este fator ser priorizado como elemento primordial de avaliação dos impactos previstos.

Definido como um grande projeto, segundo os parâmetros de análise estabelecidos por OLIVEIRA et al. (2012), a concepção dessa obra tem a logística como a principal finalidade, considerando a ligação entre dois pólos econômicos, o via conectará o pólo petroquímico da Petrobrás (COMPERJ) na Baía da Guanabara, a leste, com o complexo portuário e siderúrgico na Baía de Sepetiba, a oeste. Além disso, possibilitará a articulação entre quatro importantes rodovias federais sem passar pelo núcleo urbano da Cidade do Rio de Janeiro, como atualmente ocorre. Os investimentos previstos em toda a região do Arco são da ordem de 37 bilhões de dólares.

A pesquisa focalizou o processo de indução do crescimento, através da conexão dos espaços regionais fluminenses, e a indicação de que o planejamento regional não pode se afastar das especificidades do lugar. Para tanto, a pesquisa se desenvolveu em três níveis escalares.

- Escala regional: abordou a macro escala metropolitana, administrativamente, formada pelos municípios: Mangaratiba, Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri, Nova Iguaçu, Queimados, Belford Roxo, Mesquita, São João do Meriti, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim, Itaboraí, Tanguá, Maricá, São Gonçalo, Niterói e Rio de Janeiro.

- Escala setorial: tratou da meso escala redefinida com base na área de influência direta do Arco em compartimentos paisagísticos para análise, segundo características do suporte geobiofísico.

- Escala local: referiu-se à micro-escala que observa os diferentes condições sócio-ambientais e, principalmente, as diferentes identidades urbanas e culturais, encontradas nas diversas localidades estudadas, através de seis oficinas participativas realizadas entre 2010 e 2012

Considerando a abrangência de escala e de território desta pesquisa, partimos de uma análise construída a partir do mapeamento cartográfico, entendido como um instrumento eficiente e potente que contém e gera informações, assim como serve de suporte à ação política, com ênfase nos atores envolvidos na produção do território e no seu planejamento (ACSELRAD, 2008).

A partir dessa abordagem e com o objetivo de compreender os processos que levam à construção de determinados cenários da relação entre processos de ocupação, construção das paisagens e avaliação dos sistemas de espaços livres públicos privados, considerou-se importante a elaboração de um Mapa Síntese, ilustrado na Figura 3.

Com base na metodologia estabelecida pelo Laboratório QUAPA-SEL, foi realizado com vistas a identificar, a partir das abordagens e reflexões descritas anteriormente, quais seriam as regiões onde haveria maior pressão para transformação, ocupação ou adensamento. Tais áreas devem ser avaliadas com maior cuidado, pois representam, em muitos casos, importantes Unidades de Conservação que poderão vir a se transformar em palco de grandes ações e novos projetos urbanos, devendo-se relacionar suas condições geobiofísicas, sociais, econômicas e culturais, às novas demandas e configurações.

Na Figura 3, encontram-se identificados: -Tecido urbano consolidado: áreas urbanizadas e ocupadas; -Tecido urbano não consolidado: áreas urbanizadas mas não totalmente ocupadas; -Espaços livres de uso agropecuário: pastos e culturas agrícolas diversas; -Espaços livres de uso específico: portos, aeroportos, complexos industriais e militares; -Espaços vegetados com densa cobertura vegetal: predominantemente florestas; -Espaços vegetados com predominância de forrações: predominantemente áreas que sofreram desmatamentos; -Manguezal: remanescentes de conjuntos de manguezais da Baía de Guanabara.

Quando esses elementos são confrontados com os Planos Diretores elaborados, em análise feita por Andrea Rego recentemente publicada (REGO, 2012), percebe-se a disjunção entre as políticas de gestão pública do território e as ações de investimento sobre o mesmo, uma vez que os macrozoneamentos propostos ou não consideram a presença dessa infraestrutura rodoviária como novo eixo de estruturação ou supervalorizam o poder de expansão dos perímetros, não observando o comprometimento das distensões do tecido, projetadas sem o conhecimento da realidade das paisagens locais.

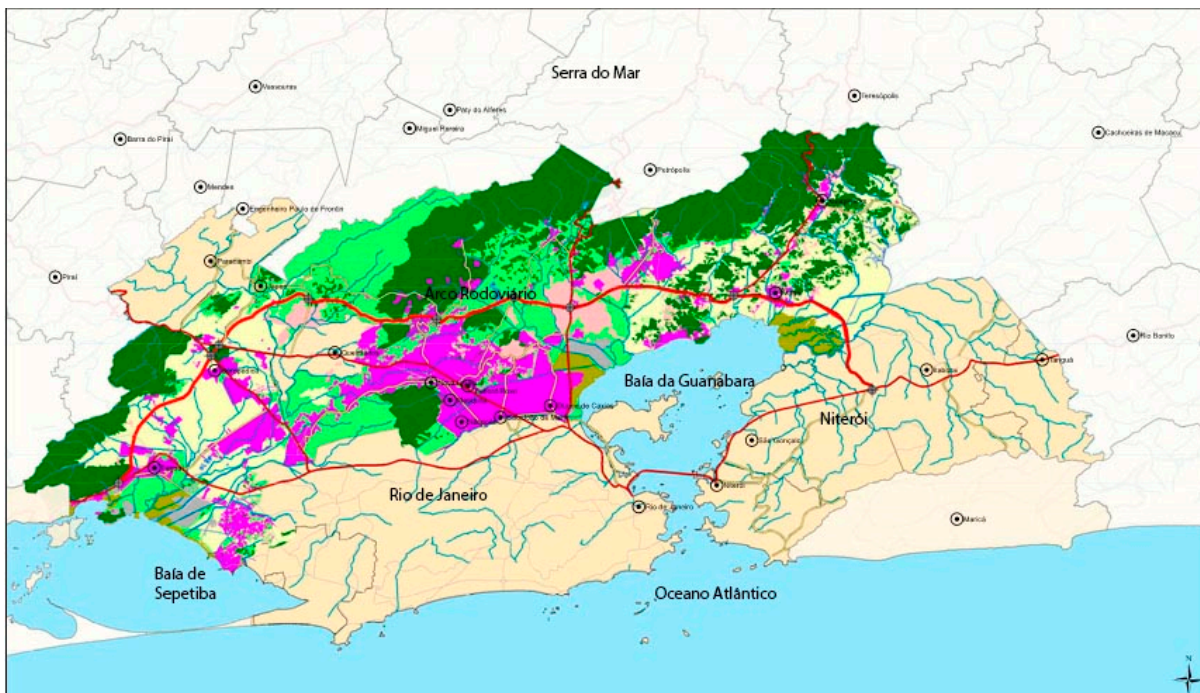


Figura 3 – Arco Metropolitano- Mapa síntese da paisagem
Acervo do Grupo SEL-RJ, 2012

Podem-se prever cenários de grandes transformações, mas de que porte, aonde se localizarão as novas obras e projetos, como as populações de relacionaram com essas mudanças, como os gestores públicos estão prevendo as novas demandas de habitação, transporte, infraestrutura, como os sistemas ambientais reagirão e como as paisagens relacionadas serão re-construídas?

À guisa de conclusão e de novas reflexões

Com as questões levantadas, podemos concluir que a prática de gestão pública, que se apóia na intervenção pontual, casual e direcionada em apenas algumas partes das cidades urbanas ou regiões do país, é resultado da ação conjugada entre setores econômicos de investimento privado e a administração pública, que tendem a concentrar recursos nas áreas mais privilegiadas.

Sob o ponto de vista ambiental, observamos situações em que as cidades estudadas apresentavam condições sistêmicas de oferta de espaços livres de preservação – maciços e florestas urbanas – com condições de integração e conexão urbana, com grande potencial de renovação e regeneração, conciliado a boas condições de ocupação, se de fato planejada. Sob o ponto de vista social, no entanto, concluímos que essas condições se deterioraram à medida que as políticas públicas não avançam no sentido de reequilibrar investimentos públicos para habitação, transportes, serviços públicos e saneamento, gerando

a ocupação desigual no território e a ameaça constante de grandes desequilíbrios ambientais e vulnerabilidades sociais.

As pressões para ocupação de áreas de preservação permanente - APP's referentes a encostas florestadas, orlas de rios, lagoas e canais e áreas ocupadas por mangues coincidem com a condição de não valorização dessas áreas pela sociedade que imputa às populações que as ocupam o ônus pela sua degradação.

A fundamentação conceitual utilizada considera a diversidade do ambiente natural e cultural brasileiro como resultado dos fatores biofísicos, das ações humanas e da combinação de ambos. Iniquidades na distribuição da terra e da renda nos contextos urbanos e nos contextos rurais no Brasil levaram a conflitos e contradições que se refletem claramente na construção da paisagem, na distribuição, na apropriação e no tratamento dos espaços livres e na sua relação com os espaços edificados. Quando sobre essa base territorial e sócio-cultural se investem recursos relacionados a investimentos mais intensivos e abrangentes, principalmente aqueles relacionados ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), ou mais pontuais (Copa do Mundo e Olimpíadas), os conflitos e contradições tendem a se aprofundar.

Mesmo quando se podem prever cenários de grandes transformações, permanecem sem respostas as seguintes indagações: de que porte serão as mudanças? aonde se localizarão as novas obras e projetos? como as legislações socialmente construídas, como no caso dos Planos Diretores, estão lidando com essas transformações? como as populações se relacionam com essas mudanças, do ponto de vista de sua cultura, seus valores e símbolos agregados à paisagem e ao território? como os gestores públicos estão prevendo as novas demandas de habitação, transporte, infraestrutura, equipamentos? de que forma reagirão os sistemas ambientais? E, finalmente, como serão re-construídas as paisagens a essas situações relacionadas?

Referências

- ABREU, Mauricio. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IplanRio/Zahar, 1987.
- AB'SABER, Aziz. *Os Domínios de Natureza no Brasil - Potencialidades Paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ALBERNAZ, Maria Paula. *As vilas: uma contribuição à história da arquitetura popular no Rio de Janeiro através do estudo do espaço urbano*. Tese de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 1985.
- ACSELRAD, Henri (org.). *Cartografias Sociais e Território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

- BRASIL. *Lei Federal No. 9985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC*. Brasília, 2000.
- CAMPOS, A. A.; QUEIROGA, E.; GALENDER, F.; DEGREAS, H.; AKAMINE, R.; MACEDO, S. S.; CUSTÓDIO, V. (Orgs.) *Quadro dos sistemas de espaços livres nas cidades brasileiras*. São Paulo: FAUUSP, 2012. p. 195-227.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- JAGUARIBE, Beatriz. *Fins de século – cidade e cultura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Rocco, 1998.
- JUNG, Carl. *The man and his symbols*. Londres: Aldus Books, 1964.
- MACEDO, Silvio. Espaços livres de edificação e o desenho da paisagem urbana. In: TURKIENICZ, Benamy e MALTA, Maurício (Orgs.). *Anais do II SEDUR*. São Paulo: CNPq/FINEP/PINI, 1986.
- MACEDO, Silvio. *Paisagem, urbanização e litoral – do éden à cidade*. Tese de livre docência, São Paulo: FAUUSP, 1993.
- MACEDO, Silvo S. O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: reflexões. In: TÂNGARI, Vera R.; REGO, Andrea Q; MONTEZUMA, Rita C. M. (Orgs.) *O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro – integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação*. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2012, p.291-305.
- MACEDO, Silvio S; CUSTÓDIO, Vanderli, GALLENDER, Fanny, QUEIROGA, Eugênio e ROBBIA, Fabio. Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil. In TERRA, Carlos e ANDRADE, Rubens. *Coleção Paisagens Culturais*, vol. 3. Rio de Janeiro: EBA-UFRJ, 2007. pp. 286-297.
- _____. Análise do Sistema de Espaços Livres da Cidade Brasileira – uma metodologia em construção: Estudo de caso para o município de São Paulo. In: *Revista Paisagem e Ambiente – Ensaio*. nº 26. São Paulo: FAUUSP, 2009, p 197-210.
- MAGNOLI, Miranda M. *Espaços livres e urbanização – uma introdução aos aspectos da paisagem metropolitana*. Tese de livre docência. São Paulo: FAUUSP, 1982.
- _____. Em busca de outros espaços livres de edificação. In *Revista Paisagem e Ambiente – Ensaio*, nº 21. São Paulo: FAUUSP, 2006a, p. 143-173.
- _____. Espaço livre - Objeto de trabalho. In *Revista Paisagem e Ambiente – Ensaio*, nº 21. São Paulo: FAUUSP, 2006b, p. 177-200.
- MARICATO, Erminia. *Brasil, cidades*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- OLIVEIRA, F.; CARDOSO, A.; COSTA, H.; VAINER, C.B. (orgs.) *Grandes projetos metropolitanos – Rio de Janeiro e Belo Horizonte*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.
- REGO, Andrea Q. Arco Metropolitano e prospecções sobre as centralidades urbanas da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. In TÂNGARI, Vera R.; REGO, Andrea Q; MONTEZUMA, Rita C. M. (Orgs.) *O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro – integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação*. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2012, p. 211-225.
- REIS FILHO, Nestor G. *O quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado – fundamentos teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

- _____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1997a.
- _____. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 2ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1997b.
- SCHLEE, Mônica B.; NUNES, Maria Julieta; REGO, Andrea Q.; RHEINGANTZ, Paulo a.; DIAS, Maria Ângela; TÂNGARI, Vera R.. *Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras – um debate conceitual*. In *Revista Paisagem e Ambiente – Ensaios*, Nº. 26. São Paulo: FAU-USP, 2009. p.225-247.
- SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público*. Tese de doutorado, São Paulo: FAUUSP, 1994.
- SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil- 3*. Coleção dirigida por Fernando Novais. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- SILVA, Jonathas M. P. da. How can tomorrow's cities become more socially equal if the current master plan does not correctly deal with the property's social function? In: *54º IFHP - World Congress Proceedings*. Porto Alegre: PUC-RS, 2010.
- _____. Habitação de interesse social e as legislações municipais da Região Metropolitana de Campinas. In *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 55-71, jul./set. 2011.
- TÂNGARI, Vera R. Paisagem una zona norte do Rio: o caso do Méier. In: *Paisagem e Ambiente -Ensaios*, nº8, São Paulo: FAUUSP, 1996.
- _____. *Um outro lado do Rio: paisagem urbana da zona norte do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. São Paulo: FAUUSP, 1999.
- TÂNGARI, Vera R.; SCHLEE, Mônica B.; Andrade, Rubens de (Orgs.). *Anais do I Seminário Nacional sobre Regeneração Ambiental de Cidades - Águas Urbanas*. Cd-Rom. Rio de Janeiro. PROARQ- FAU/UFRJ, 2005.
- _____. *Sistemas de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências*. Rio de Janeiro: PROARQ-FAU/UFRJ, 2009.
- TÂNGARI, V. R.; SCHLEE M. B.; Andrade, Rubens de; DIAS, Maria Ângela. (Org.). *Águas urbanas: uma contribuição para a regeneração ambiental como campo disciplinar integrado*. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ-PROARQ, 2007.
- TÂNGARI, Vera R.; REGO, Andrea Q; MONTEZUMA, Rita C. M. (Orgs.) *O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro – integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação*. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2012.
- THIIS-EVENSEN, Thomas. *Archetypes in Architecture*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- VAZ, Lilian. *Uma história da habitação coletiva na cidade do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. São Paulo, FAUUSP, 1994.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel/FAPESP, 1998.